



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

Izepe de Souza, Ismara

O Brasil diante da questão espanhola na ONU (1946-1950)

Estudos Ibero-Americanos, vol. 35, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 84-104

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134615890005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O Brasil diante da questão espanhola na ONU (1946-1950)

Brazil and the Spanish Question at the UN (1946-1950)

Ismara Izepe de Souza*

Resumo: Este artigo analisa a atuação brasileira frente à “cuestion española” na ONU, cujos debates incidiram sobre a situação internacional da Espanha franquista entre 1946 e 1950. Pretendemos demonstrar como os interesses internacionais, especialmente no âmbito das relações com os EUA, determinaram a postura do governo brasileiro frente à questão espanhola.

Abstract: This article analyzes the Brazilian procedures regarding the “Spanish Question” at the UN, whose debates deal about the international situation of the General Franco’s regime. We intend to demonstrate how the international interests, especially regarding the relationships with the USA, determined the position of the Brazilian government concerning the Spanish Question.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; ONU; Espanha

Key words: Brazilian Foreign Policy; UN; Spain

*Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do LEER – Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação da USP. É autora dos seguintes livros: *Solidariedade Internacional; A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a política política diante da Guerra Civil da Espanha, 1936-1946* (São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2005); *Espanhóis: história e engajamento* (São Paulo: Lazuli/Cia Editora Nacional, 2006); *República Espanhola: um modelo a ser evitado* (Inventário DEOPS: Módulo IV – Espanhóis. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001). E-mail: ismara.izepe@usp.br.

Brasil e Espanha no pós-guerra

A atuação brasileira frente à “cuestión española” na ONU – tema central deste artigo – pode ser entendida como um reflexo das diretrizes de política externa adotadas pelo Brasil no imediato pós-guerra. Parte da elite política brasileira compartilhava a esperança de que as credenciais do Brasil como um país de grandes extensões territoriais e a participação militar no combate ao nazifascismo iriam se reverter numa posição de destaque junto à Organização das Nações Unidas. De fato, na primeira Assembléia Geral, o Brasil foi eleito para um mandato de dois anos para o primeiro lugar não permanente no Conselho de Segurança. Tal eleição pode ser entendida como uma retribuição dos EUA à orientação brasileira de segui-lo nas votações.¹ A presença brasileira neste fórum seria caracterizada, como afirma Bruno Ayllón Pino, por uma forte inclusão institucional e uma grande exclusão decisória.²

Embora a diplomacia brasileira já vislumbasse as dificuldades em adquirir as vantagens e os privilégios a que consideravam ser o Brasil merecedor, havia uma tendência em enfatizar sua contribuição nos esforços para a construção da paz mundial. No início de 1946, a delegação brasileira comunicou com entusiasmo que sua atuação junto a esse organismo recebia elogios dos representantes das grandes potências, e que os representantes brasileiros mantinham excelentes relações pessoais e de amizade com os delegados de outros países.³

As orientações do Itamaraty à delegação brasileira na ONU deixam evidente o alinhamento com as posições norte-americanas. Essas se faziam no sentido de permitir a defesa das opiniões especí-

¹ CERVO, Amado Luis. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora UNB, 1994, p.66.

² AYLLÓN PINO, Bruno. *Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1970-2000)*. Madrid, 2004. Tese (Doutorado) - Universidad Complutense de Madrid, p. 200.

³ Ofício n. 26 da delegação do Brasil na ONU a João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores. Londres, 21 fev. 1946. Delegação do Brasil na ONU. Ofícios recebidos. (jan/fev. 1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

ficas do governo brasileiro, desde que elas não entrassem em choque com a posição da delegação dos EUA.

A situação da Espanha franquista constituiu-se num assunto polêmico, passando a denominar-se nas primeiras assembléias da ONU como “cuestion española”. A pressão dos países do bloco comunista para aprovar uma medida que contribuísse para a queda do regime de Franco gerou grandes divergências entre os países pertencentes à Organização, sendo um dos primeiros temas a suscitar os embates próprios da Guerra Fria.

Na conferência de São Francisco, o delegado mexicano Luis Quintanilla conseguiu que fosse aprovada a primeira manifestação oficial de condenação ao franquismo. Em junho de 1945, houve uma entusiástica aclamação de repúdio ao regime político espanhol e, em fevereiro de 1946, o Panamá apresentou junto às Nações Unidas, reunidas em Londres, uma proposta que reforçava esse manifesto.

Na tentativa de evitar a condenação internacional, o governo franquista procurou minimizar o fato de ter apoiado indiretamente Hitler e Mussolini, reforçando sua postura “neutra” durante a guerra mundial. Também efetivou ações que intencionavam transmitir a idéia de que o regime espanhol, embora não fosse uma democracia liberal, oferecia liberdade ao seu povo. Em outubro de 1945 foi promulgada a Lei de Referendum Nacional, a qual estabelecia que, quando determinadas leis fossem de interesse público, haveria referendo para submeter à opinião pública os projetos de lei elaborados pelas Cortes.⁴ Em 1947, para tentar encerrar as disputas internas entre monarquistas e falangistas, foi sancionada a Lei de Sucessão, que deu ao *Caudillo* espanhol a possibilidade de escolher o príncipe Juan Carlos de Bourbon como seu sucessor. A Falange passou a ter menos poder e voz de comando, dando lugar à proeminência dos setores católicos na composição das elites dirigentes. Alberto Martín Artajo, dirigente da *Acción Católica*, assumiu, a partir de julho de 1945, a pasta de

⁴ TAMAMES, Ramón. *La República, La Era de Franco*. Madrid: Alianza Editorial, Alfaguarra, 1977, p. 450.

Assuntos Exteriores, buscando o apoio da Igreja Católica junto aos organismos internacionais.⁵

As alterações internas promovidas pelo governo franquista para mostrar ao mundo que a Espanha não era um país de caráter fascista não surtiram o efeito esperado externamente. Na perspectiva interna, no entanto, os embates sobre a questão na ONU foram utilizados pela ditadura de Franco para convencer o povo espanhol de que o país era vítima de uma injustiça internacional. Paradoxalmente, enquanto a ONU denunciava a falta de representatividade de seu governo, Franco aproveitava tais discussões para levar o povo espanhol “ferido em seu orgulho” a se unir em torno de sua figura.⁶

O Brasil e a “cuestión española”

O posicionamento do Brasil diante da “cuestión española” não diferiu da postura adotada em outras questões importantes discutidas na ONU, tendo o Itamaraty orientado a delegação brasileira a acompanhar os EUA nas votações sobre a Espanha entre 1946 e 1948.

O Brasil teve um papel importante diante da questão espanhola a partir do momento em que, juntamente a Austrália, Países Baixos, México e Polônia, passou a integrar o subcomitê especial criado em abril de 1946 para investigar a situação da Espanha. A Polônia, como porta-voz dos interesses soviéticos, defendia que o país ibérico constituía-se numa ameaça aos demais países pertencentes à Organização. Dentre os argumentos poloneses, estava o de que esse país dava guarida a refugiados nazistas, e o de que agentes da Gestapo estavam infiltrados e incorporados a *Dirección General de Seguridad*.⁷ A carta da ONU estabelecia que ameaças à paz e à segurança

⁵ CORDON, Jose Luis Rubio. “El oficialismo institucional: El Instituto de Cultura Hispánica”. In: ABELLÁN, Jose Luis Abellán; MONCLUS, Antonio (Coord.). *El pensamiento español contemporáneo y la Idea de América*, vol. 1: El pensamiento en España desde 1939. Barcelona: Anthropos, 1989, p. 131.

⁶ PORTERO, Francisco. *Franco aislado*. La cuestión española (1945-1950). Madrid: Aguilar, 1989, p. 217.

⁷ Idem, p. 163.

internacional deveriam ser tratadas pelo Conselho de Segurança. Como a definição no que consistia “ameaça” não era clara, o Conselho tinha amplo poder discricionário sobre a questão.⁸

A argumentação polaca sofria a oposição do Brasil e dos Países Baixos, especialmente porque, na visão dos delegados desses países, os fatos apresentados como provas não supunham que a Espanha representava uma ameaça. As orientações do Itamaraty para a sua delegação junto a esse subcomitê deixam evidente que havia uma preocupação em manter uma postura que fosse entendida como autônoma, mas ao mesmo tempo não desagradasse os norte-americanos e os britânicos. Os EUA e a Grã-Bretanha desejavam que o assunto saísse da alçada do Conselho de Segurança e fosse remetido para a Assembléia Geral.

Em junho de 1946, o Ministério das Relações Exteriores orientou os membros brasileiros do subcomitê a proporem “discretamente e sem relevo público” uma fórmula conciliatória.⁹ Sugeriu também que os delegados brasileiros indicassem o envio do assunto à Assembléia Geral, sem recomendações específicas. As discordâncias entre os membros do comitê impossibilitaram o êxito do projeto de resolução polonês. A confirmação pelo Conselho de Segurança de que a Espanha se constituía em uma ameaça tornou-se inviável, dados os interesses de cada país na questão. Após meses de muita discussão, a posição britânica triunfou e a União Soviética teve que aceitar a impossibilidade de condenar a Espanha a partir do Conselho de Segurança. Na Assembléia Geral daquele ano a questão seria discutida, dando origem a uma resolução condenatória de caráter mais brando.

No ano de 1946, a diplomacia espanhola procurou conseguir, dos países com os quais mantinha relações diplomáticas, apoio para a sua causa. A estratégia utilizada foi a de demonstrar que uma Espa-

⁸ HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 105.

⁹ Telegrama (confidencial) do Ministério das Relações Exteriores para delegação brasileira junto a ONU. Rio de Janeiro, 05 jun. 1946. Diversos no Exterior. Delegação do Brasil junto a ONU. Telegramas e minutas expedidos (1945-1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

nha anticomunista era de interesse da Europa Ocidental e que o regime franquista representava a segurança e a barreira contra o comunismo. Os diplomatas espanhóis acusavam a campanha empreendida pelos países antifranquistas, dos quais os mais fervorosos eram a Polônia e a França, de quererem desestabilizar o governo espanhol. Assim, “todo era una operación orquestada por el comunismo que utilizaba a sus satélites – Francia y Polonia – para reiniciar la Guerra Civil.”¹⁰

A Embaixada espanhola no Rio de Janeiro pediu que o governo brasileiro alterasse seu voto sobre a “cuestión española”. Dos países do subcomitê, somente o Brasil e os Países Baixos mantinham relações diplomáticas com a Espanha.¹¹ Dessa forma, o Brasil era entendido pela diplomacia espanhola como um país que poderia lhe oferecer o apoio necessário junto à Organização das Nações Unidas. Por não ter interesses estratégicos e ideológicos na condenação espanhola, o Brasil poderia, na concepção da Espanha, ser o porta-voz das idéias de seu *Ministerio de Asuntos Exteriores*. O embaixador Conde de Casas Rojas escreveu ao Itamaraty, fazendo uma análise da política européia, lembrando que os “grupos marxistas” estavam adquirindo, por meio das eleições, uma força que tirava a segurança de todo o continente europeu. Assim, pedia que o posicionamento brasileiro diante da questão da Espanha levasse em consideração não apenas a situação espanhola, mas a segurança do mundo todo. Falando em nome da “paz mundial”, pedia reconsideração:

Por todas estas consideraciones muy claras y contundentes que el gobierno español ha expuesto en su Nota, me atrevo a esperar que Vuestra Excelencia, reexaminando la cuestión, curse nuevas instrucciones a su Delegado en el Consejo de Seguridad en un sentido favorable a la causa española. Al hacerlo así no pienso solo en un interés exclusivamente nacional. Fijo mi mirada en los días sombríos que se avecinan en los que todos tenemos el deber de afrontar nuestras propias responsabilidades y cooperar con nuestros esfuerzos para que no prevalezca la única amenaza seria existente contra la paz del mundo.¹²

¹⁰ PORTERO, *op. cit.*, p.183.

¹¹ Idem, p.169.

¹² Nota n. 36 (confidencial) da Embaixada da Espanha no Brasil para Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Rio de Janeiro, 07 jun. 1946. Representações Estrangeiras. Notas recebidas da Espanha (1946-1948). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Demonstrando com números que os partidos de esquerda cresciam na França e na Itália, o diplomata espanhol objetivava convencer o governo brasileiro de que a Espanha era um modelo de ordem e tranquilidade, e que não merecia receber lição de países que se encontravam – como era o caso da França – em situação de instabilidade política e “ameaça revolucionária”.¹³ O diplomata espanhol mencionava que podia compreender a explicação da diplomacia brasileira que, para esse caso, se declarava “escrava da lógica”. Aliás, esta afirmação demonstra como o Brasil explicava a sua conduta junto ao governo espanhol: declarava não ter motivos para se posicionar contra a Espanha, mas evidenciava seu dever de ser coerente com a política de alinhamento aos EUA.

Convém mencionar que, para o governo norte-americano, a Espanha era um assunto dúbio: não queria intervir diretamente em sua condenação, visto que essa era uma intenção dos soviéticos, mas também sofria a pressão da opinião pública interna do País, que desejava uma postura de repúdio a Franco.

O alinhamento brasileiro à política norte-americana para o caso espanhol também pode ser atestado nos documentos oficiais que versam sobre a inserção da Espanha em órgãos como a *Organização Internacional da Saúde*. Em julho de 1946, o Ministério das Relações Exteriores ordenou que a delegação brasileira junto à ONU instrísse os delegados envolvidos nessa questão a votarem favoravelmente à entrada da Espanha na entidade. A inserção espanhola, segundo o documento, teria sido proposta pelos EUA.¹⁴ Acompanhar as decisões norte-americanas não era exclusividade de países latino-americanos, como o Brasil. Até 1955, os EUA mantiveram controle sobre o processo decisório da Assembléia, através do bloco formado por europeus ocidentais, latino-americanos e britânicos.¹⁵

¹³ Idem.

¹⁴ Telegrama n. 112 do MRE para a Delegação do Brasil junto a ONU. Rio de Janeiro, 10 jul. 1946. Diversos no Exterior. Delegação do Brasil junto a ONU. Telegramas e minutas (1945-1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

¹⁵ HERZ, *op. cit.*, pp 99-100.

Após inúmeras discussões no subcomitê, o relatório sobre a questão espanhola foi encaminhado ao Conselho de Segurança, que decidiu seguir vigiando a situação espanhola e manter a questão em seus assuntos pendentes.¹⁶ Em novembro, o Brasil orientou sua delegação a permanecer com postura neutra no caso espanhol, coerente com a tradição brasileira de colocar-se contrária à intromissão nos assuntos internos de cada país. Alertava que, para o País não ficar isolado, poderia rever sua posição, caso ficasse provado que a Espanha constituía uma ameaça à paz internacional.¹⁷

O “caso espanhol” só foi parcialmente definido quando, em dezembro de 1946, foi incluído na lista de temas a serem debatidos pela Assembléia Geral. A questão saía do âmbito do Conselho de Segurança, uma vez que o subcomitê havia chegado à conclusão que a Espanha não constituía uma ameaça internacional. Os intensos debates ao longo desse ano mostraram o fracasso de todas as tendências extremas contra o regime franquista, e também a necessidade de que se chegasse a uma solução que satisfizesse a opinião pública dos países democráticos.

Em 12 de dezembro, por 34 votos a favor, 6 contra e 13 abstenções, foi aprovada a resolução que excluiu a Espanha de todos os organismos internacionais, recomendando aos Estados membros que retirassem imediatamente de Madri seus embaixadores.¹⁸ O Brasil votou com a maioria pela aprovação da medida. O governo Dutra limitou-se a acatar a recomendação, abortando o envio de um embaixador e deixando um encarregado de negócios à frente da representação brasileira.

Antes mesmo da referida resolução, o Ministério das Relações Exteriores decidiu desconsiderar a nomeação de Cyro de Freitas Valle para o posto na capital espanhola. Ao contrário do Itamaraty, que não tinha interesse em nomear um de seus mais proeminentes diplo-

¹⁶ PORTERO, *op. cit.*, p. 181.

¹⁷ Telegrama (confidencial) do MRE para a Delegação do Brasil junto a ONU. Rio de Janeiro, 06 nov. 1946. Diversos no Exterior. Delegação do Brasil junto a ONU. Telegramas e minutas (1945-1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

¹⁸ *Idem*, p. 214.

matas para Madri, a Espanha desejava que Eduardo Aunós se estabelecesse no Rio de Janeiro na qualidade de embaixador. A importância que a Espanha passava a dar ao Brasil, nomeando uma figura de grande prestígio internacional, chegou a surpreender Mario de Pimentel Brandão que, antes de deixar o posto em Madri, afirmou que o Brasil nunca havia tido um representante espanhol de tanta importância “moral, política e intelectual”.¹⁹

A estratégia do governo espanhol era a de cooptar junto ao governo brasileiro o apoio necessário para amenizar a situação internacional da Espanha. Para isso, à frente da Embaixada no Brasil deveria estar um político experiente e renomado. Um fato, no entanto, iria prejudicar os planos espanhóis. Em janeiro de 1946, veio a público no Brasil o *Livro Azul*, um conjunto de documentos reunidos pelo governo norte-americano, e divulgados na imprensa internacional, que demonstravam as intensas ligações da Argentina com o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. De acordo com a historiadora Sandra Maria Lubisco Brancato, que se debruçou sobre os reflexos do “caso Aunós” na imprensa brasileira, a publicação demonstrava o protagonismo de Aunós no acordo triangular entre Argentina, Espanha e Alemanha sobre comércio de armamentos.²⁰

Diante de tais evidências, aquele que havia conseguido o *agrèement* do governo Dutra passava a ser considerado um suposto inimigo. Brancato resume a questão: “Como aceitar ter no Brasil um representante estrangeiro sobre o qual recaíam acusações tão comprometedoras?”²¹ Os principais jornais brasileiros deixaram evidente a indesejabilidade de Aunós no país, uma vez que, naquele momento, a aversão ao fascismo era uma marca entre todos eles. O Itamaraty se colocava numa difícil situação, já que o diplomata, nesse ínterim,

¹⁹ Ofício n. 15 (confidencial) de Mario de Pimentel Brandão, embaixador do Brasil na Espanha para Pedro Leão Velloso, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 15 jan. 1946. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (janeiro de 1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

²⁰ BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. “O caso Aunós na versão da grande imprensa carioca e do Itamaraty”. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXII, n. 2, dez. de 2007, p. 139.

²¹ Idem, p. 140.

estava a caminho do Rio de Janeiro. O Ministério das Relações Exteriores tentou sob todas as formas evitar que Aunós desembarcasse no Brasil, tendo Dutra o declarado *persona non grata*.²²

A resolução da questão, que claramente atendia a uma política que procurava agradar os EUA e reforçar o discurso da presença democrática no Brasil, foi um fato que marcou as relações hispano-brasileiras. Apesar de todas as tentativas do governo espanhol para convencer o Itamaraty de que Aunós não tivera ligação com os nazistas, a solução possível foi o embaixador renunciar ao cargo e regressar à Espanha. Jose Rojas y Moreno, Conde de Casas Rojas, uma figura de menor destaque dentre a diplomacia hispânica, assumiu o posto.

Ao contrário do que se poderia supor, não houve uma reação da Espanha à altura da atitude brasileira de rejeitar uma figura de grande projeção no cenário político espanhol. O governo franquista não desejava envolver-se num problema diplomático, que poderia desencadear a ruptura de relações com o Brasil. Madri não podia obedecer ao princípio da reciprocidade, pois já contava com um número escasso de embaixadores.

O “Caso Aunós” nos demonstra que o Itamaraty não se importou em ameaçar as relações com a Espanha para manter a coerência com sua diretriz de agradar os EUA. O episódio confirma que, ao final do conflito mundial, a Espanha não era tão importante para a política externa brasileira quanto o Brasil era para a política externa franquista.

A despeito do cancelamento da nomeação de um novo embaixador, o Brasil seguiu procurando manter relações com a Espanha. Entre 1946 e 1950, à frente da Embaixada brasileira em Madri, na qualidade de encarregado de negócios, esteve Vasco Leitão da Cunha, que se empenhou no objetivo de aumentar as exportações brasileiras para aquele país. Apesar de o Brasil manter a balança comercial ao seu favor, não houve um aumento significativo no intercâmbio comercial, o que na visão da diplomacia se dava por vários

²² Idem, p. 147.

motivos. Com relação ao algodão, um dos produtos que o Brasil intencionava vender à Espanha, havia a concorrência com o de procedência norte-americana. O cônsul em Barcelona, Osório Dutra, alegava que o aumento das exportações brasileiras também era dificultado pelos entraves da política cambial do governo franquista.²³

Ao contrário dos países europeus, o Brasil não tivera um grande comprometimento na defesa da derrocada do regime franquista e seu voto favorável à resolução de 1946 não era visto como incompatível com a tentativa de dinamizar as relações econômicas com a Espanha. Mesmo a França, cuja população pressionava por medidas mais efetivas contra o franquismo, retomou as trocas comerciais com o vizinho em 1947, após um período em que as fronteiras estiveram fechadas.²⁴ As relações de amizade dos diplomatas brasileiros com as autoridades espanholas, prejudicadas nos anos anteriores por conta do alinhamento brasileiro com os Aliados, parecem ter se fortalecido no período do exílio espanhol junto às Nações Unidas. Leitão da Cunha reportava ao Itamaraty sua presença em muitos eventos e comemorações políticas.

Em 1947, o Brasil orientou sua delegação da ONU para que não votasse qualquer sanção que prejudicasse esse país, mas que evitasse tomar qualquer iniciativa nesse sentido.²⁵ Tais orientações estavam relacionadas ao voto brasileiro na Assembleia Geral, que não conseguiu reafirmar a condenação de 1946.

Um dos fatos que demonstram que as relações hispano-brasileiras não sofreram significativas influências da resolução da ONU

²³ Segundo Vasco Leitão da Cunha, a Câmara de Comércio Hispano-Brasileira era uma entidade composta por industriais e comerciantes espanhóis que a mantinham sem auxílio de outras entidades e órgãos governamentais. Ofício n. 92 de Osório Dutra, cônsul do Brasil em Barcelona para Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Barcelona, 22 abr. 1947. Consulados Brasileiros. Ofícios recebidos de Barcelona (1947). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

²⁴ LILLO, Pedro Martínez. "La diplomacia española y el Plano Marshall en el marco de las relaciones hispano-francesas (junio 1947 – abril 1948)". In: *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n. 18, Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense, Madrid, 1996, p.158

²⁵ Telegrama (confidencial) da Secretaria de Relações Exteriores para Embaixada do Brasil em Madri. Rio de Janeiro, 06 out. 1947. Missões Diplomáticas Brasileiras. Telegramas expedidos a Madri (1947-1959). Arquivo de Correspondência Especial. Caixa 251. CDO/Ministério das Relações Exteriores.

foi a tentativa do Ministério das Relações Exteriores em intermediar junto ao governo espanhol a vinda de Ortega y Gasset ao Brasil. O ilustre filósofo e escritor foi um dos pensadores espanhóis que mais influenciou o pensamento latino-americano ao longo do século XX. Segundo Maria Helena Capelato, houve grande repercussão de suas idéias entre os intelectuais latino-americanos.²⁶ Ortega y Gasset apresentava-se como uma figura emblemática, pois manteve uma postura neutra diante da Guerra Civil Espanhola. Nos anos 40, sua presença como conferencista em vários países apresentava-se, aos olhos do governo de Franco, como um poderoso instrumento de propaganda do regime. A intenção do governo espanhol era utilizar o prestígio de Gasset para transmitir, internacionalmente, uma imagem positiva da Espanha como um país que prezava a liberdade de pensamento.

Em dezembro de 1947, o embaixador espanhol no Brasil informou a seus superiores que o Ministro da Educação brasileiro desejava convidar Ortega y Gasset para realizar uma série de conferências no Brasil. O embaixador opinava que a presença do ilustre filósofo nesse país teria uma grande ressonância internacional, e seria “altamente provechoso para nuestro prestigio nacional”.²⁷ O filósofo não aceitou o convite, alegando estar enfermo, mas por meio do *Ministerio de Asuntos Exteriores* agradeceu profundamente a iniciativa, afirmando que quando recobrasse a saúde procuraria aceitá-lo.²⁸

Com a não ratificação da recomendação de 1946 pela Assembleia Geral no ano seguinte, a situação internacional da Espanha sofreu uma significativa melhora. Durante o ano de 1948, a maioria dos países ligados à ONU reconheceu o fracasso da política adotada para a Espanha. Os países europeus desejavam melhorar suas rela-

²⁶ Considerações realizadas por Maria Helena Rolim Capelato na Conferência intitulada “Intelectuais orteguianos na América Latina”. São Paulo, 15 out. 2008. *Simpósio Internacional Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*.

²⁷ Despacho n. 718 de Jose Rojas y Moreno, embaixador da Espanha no Brasil para Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha. Rio de Janeiro, 15 de dez. 1947. R2896, expt. 117. Arquivo do Ministerio de Asuntos Exteriores/Madri.

²⁸ Transcrição da resposta de Jose Ortega y Gasset. In: Despacho n. 39 de (ass. ileg.), embaixador da Espanha em Portugal para ministro de Assuntos Exteriores da Espanha. Lisboa, 26 jan. 1948. R2896, expt. 117. Arquivo do Ministério de Asuntos Exteriores/Madri.

ções comerciais com esse País, mas estavam conscientes de que a aproximação política não seria facilmente aceita pela comunidade internacional, enquanto Franco estivesse no poder.²⁹

O convite feito a Ortega y Gasset através da diplomacia espanhola, assim como a presença de intelectuais e artistas brasileiros na Espanha, fez com que em 1948 a imprensa espanhola especulasse sobre a nomeação de um embaixador brasileiro para Madri. A postura do Itamaraty, no entanto, continuou muito cautelosa. Desmentindo tais rumores, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores avisou a Embaixada em Madri que não havia intenção de nomear embaixador para a Espanha, enquanto não ficasse esclarecido se na ONU subsistia a resolução de 12 de dezembro de 1946.³⁰

Em 1949, a situação internacional já vislumbrava a derrocada da referida resolução. Os países ocidentais, especialmente Inglaterra e EUA, percebiam que a medida da ONU não fora suficiente para enfraquecer o regime franquista, pelo contrário, tinha contribuído para despertar a indignação do povo espanhol. O encarregado de negócios do Brasil na Espanha, Vasco Leitão da Cunha, a partir de março de 1949, passou a expor ao seu Ministério que a imprensa hispânica noticiava com otimismo o movimento no Congresso norte-americano em torno da idéia de realizar uma maior aproximação com a Espanha.³¹

O anúncio de uma mudança de postura norte-americana deve ter contribuído para a decisão do Itamaraty em orientar sua delegação na ONU para, juntamente com outros países latino-americanos, preparar uma moção que pedia a revogação da resolução de 1946. Essa deveria ser apresentada na próxima Assembléia Geral, que se realizaria em maio de 1949.

²⁹ PORTERO, *op. cit.*, p. 303.

³⁰ Telegrama (confidencial) da Secretaria de Relações Exteriores para Embaixada do Brasil em Madri. Rio de Janeiro, 04 jun. 1948. Missões Diplomáticas Brasileiras. Telegramas expedidos a Madri (1947/1959). Arquivo de Correspondência Especial. Caixa 251. CDO/Ministério das Relações Exteriores.

³¹ Ofício n. 79 de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 12 mar. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (jan. a março de 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

A preparação da proposta liderada pelo Brasil despertou grande interesse na Espanha. Os principais jornais espanhóis depositavam, na iniciativa brasileira, as esperanças de que o País saísse do ostracismo internacional. A proposta brasileira não defendia o regime franquista, mas sugeria que os Estados membros tivessem liberdade de ação para decidir sobre as suas representações naquele País. O jornal *ABC*, um dos mais importantes periódicos espanhóis, publicou ao final de março um artigo intitulado *Libertad en las relaciones diplomáticas com España. Esto pide para los países de la ONU el delegado del Brasil*.³² O artigo trazia fragmentos da fala de João Carlos Muniz, delegado brasileiro junto ao Conselho de Segurança da ONU.

Durante os dias que precederam a apresentação da proposta, a Embaixada em Madri informou ao Itamaraty toda a movimentação da imprensa espanhola, a qual já dava por certo a derrocada da resolução de 1946. Os elogios à proposta brasileira também eram inúmeros, elevando junto ao povo espanhol a imagem do Brasil. O Itamaraty informou Leitão da Cunha, a título de “conhecimento pessoal”, que o Brasil iria propor que os Estados membros pudessem ter liberdade para enviar ou não embaixadores a Madri.³³

Segundo Florentino Portero, que analisou a “cuestión española” na ONU, Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores, escolheu um dos textos da proposta para apresentá-lo como próprio. O texto, o qual contava com a aprovação da delegação norte-americana, lembrava que, no último período de sessões da Assembléia Geral, o projeto que confirmava a recomendação condenatória de 1946 não havia sido aprovado. Afirmava que a resolução de 1946 havia prejudicado muitos países que se encontravam em situação de desi-

³² Recorte do jornal *ABC* de 17 mar. 1949 anexo ao ofício n. 94 de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 31 mar. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (jan. a março de 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

³³ Telegrama (confidencial) da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Embaixada do Brasil na Espanha. Rio de Janeiro, 02 abr. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Telegramas expedidos a Madri (1947/1959). Arquivo de Correspondência Especial, caixa 251. CDO/Ministério das Relações Exteriores.

gualdade com aqueles que mantinham mais vantagens nas relações comerciais com a Espanha. Propunha assim “dejar a las naciones miembros de las Naciones Unidas en entera libertad de acción en lo que se refiere a sus relaciones diplomáticas con España.”³⁴

Além do apoio da maioria dos países latino-americanos e do bloco árabe, o projeto apresentado pelo Brasil contava com o voto norte-americano, o que tinha grande influência sobre o comportamento de outras delegações. Colocado em votação, o referido projeto conseguiu 26 votos a favor, 15 contra e 16 abstenções, faltando apenas um voto para a necessária maioria de dois terços.³⁵ Apesar de não ter conseguido a maioria necessária para alterar a recomendação condenatória, a evolução dos votos ao longo das Assembléias de 1946 a 1949 demonstrou que a mudança de postura dos países ocidentais com relação à Espanha era uma questão de tempo. O governo brasileiro, a partir desse momento, considerou que a não confirmação da resolução de 1946 pela Assembléia Geral em 1947 constituía-se em sua derrocada “virtual”. Assim, passou a ser grande, por parte do MAE, a expectativa de que o Brasil nomeasse um embaixador para Madri.

Em maio de 1949, diversos foram os ofícios enviados por Vasco Leitão da Cunha ao Itamaraty, os quais versavam sobre os agradecimentos do governo espanhol à iniciativa brasileira. O jornal *ABC* chegou a publicar a foto do Ministro das Relações Exteriores Raul Fernandes, denominando-o como “paladino da causa espanhola”.³⁶

Embora praticasse uma ferrenha repressão aos grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade, o governo espanhol não conseguiu evitar as manifestações deles em repúdio às representações dos países que, na ONU, haviam se posicionado a favor do projeto brasileiro. No final da década de 1940, o General Franco ainda luta-

³⁴ PORTERO, *op. cit.*, p. 328.

³⁵ *Idem*, p. 336.

³⁶ Recorte do jornal *ABC* de 13 de maio de 1949. Anexo ao ofício n. 145 de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Cyro de Freitas Valle, ministro interino das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 18 mai. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (abril a junho de 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

va contra grupos de resistência.³⁷ O governo espanhol enviou reforços para a sede da missão brasileira, oferecendo também agentes para garantir a segurança pessoal de Vasco Leitão da Cunha. Tais medidas respondiam às notícias de que “grupos terroristas” estariam planejando ataques às representações de diversos países e ao lançamento de uma bomba sobre o Consulado do Brasil em Barcelona.³⁸ O cônsul-geral brasileiro nessa cidade concedeu uma gratificação para Jose Cano Perez, porteiro que arriscou a sua própria vida ao desarmar a referida bomba.³⁹

Em setembro de 1949, Leitão da Cunha anunciava à imprensa hispânica a nomeação de um novo embaixador brasileiro.⁴⁰ A chegada de Rubens Ferreira de Mello a Madri, em janeiro de 1950, foi noticiada por muitos jornais que mantinham vivo interesse em divulgar a projeção espanhola no contexto internacional. Apesar dessa nomeação, o governo Dutra não pretendia alterar a postura discreta que o Brasil sempre obtivera junto à ONU. No entendimento do governo brasileiro, sob a sua postura diante da questão espanhola não deveria pairar qualquer denúncia de incoerência. O Brasil, ao seguir os EUA nas votações sobre a Espanha, pode ser incluído na categoria de países latino-americanos que, segundo Florentino Portero, “aceitavam a condenação do regime franquista, mas estavam poucos dispostos a tomar medidas efetivas contra ele.”⁴¹

³⁷ Isso nos remete à história do espanhol Victor Garcia, irmão de Julia Garcia, cuja trajetória de vida foi alvo de nosso interesse em estudos anteriores. Tendo sido expulso do Brasil na década de 1930, Victor passou a integrar um grupo guerrilheiro de resistência ao franquismo que nos anos 40 atuou nas montanhas da Galícia. Cf. MAÍZ VÁZQUEZ, Bernardo, *Galícia na Segunda República e baixo o franquismo (1930-1976)*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1988, p.173.

³⁸ Ofício n. 230 (confidencial) de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 26 set. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (1947/1959). Arquivo de Correspondência Especial. CDO/Ministério das Relações Exteriores.

³⁹ Ofício n. 84 do cônsul do Brasil em Barcelona (ass. ileg.) para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Barcelona, 15 jun. 1949. Consulados Brasileiros. Ofícios recebidos de Barcelona (1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

⁴⁰ Ofício n. 240 de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 30 set. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (julho a out. 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

⁴¹ PORTERO, *op. cit.*, p. 128.

Ao final de 1949, havia fortes indícios de que as pressões internas do Senado norte-americano para efetivar uma aproximação com a Espanha teriam sucesso. Em outubro de 1949, vinte e dois embaixadores norte-americanos assinaram conjuntamente uma solicitação encaminhada ao governo de seu país, pedindo a nomeação de um embaixador para Madri.⁴² Isso indicava ao governo franquista que sua “política de dignidade” deveria continuar.

Em janeiro de 1950, a Espanha contava com embaixadores provenientes do Vaticano, Portugal, Argentina, Peru, República Dominicana, Bolívia, Egito e Brasil.⁴³ A Espanha de Franco contava com o apoio de muitas de suas ex-colônias, o que mostrava a eficiência da política de Alberto Martín Artajo à frente do MAE (*Ministerio de Asuntos Exteriores de España*). O ministro aglutinou esforços da diplomacia em torno da necessidade de cooptar o apoio dos países americanos, por acreditar que esses poderiam defender junto à ONU a idéia de que a recriminação do regime franquista significava a ingerência em assuntos internos da Espanha. A estratégia do MAE, nesse momento, era reforçar o sentimento de hispanidade e a necessidade de preservá-lo das diferenças políticas consideradas circunstanciais. Na tentativa de recuperar a credibilidade da ditadura, o ministro convidou publicamente os governantes e personalidades das nações latino-americanas a visitarem a Espanha e comprovarem “la falsedad de la campaña de descrédito forjada contra la Madre Patria.”⁴⁴ Nesse mesmo ano, a “cuestion española” foi retomada pela ONU. Por 38 votos a favor, 10 contra e 12 abstenções, o exílio internacional do regime franquista chegava a seu fim.⁴⁵ A resolução 386 V de 04 de novembro de 1950 não deixava de rechaçar moralmente o

⁴² Relatório do mês político (outubro) de Vasco Leitão da Cunha para Ministério das Relações Exteriores. Madri, 09 nov. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (nov. a dez. de 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

⁴³ PORTERO, *op. cit.*, p. 360.

⁴⁴ DELGADO, Lorenzo Gomez-Escalonilla. *Imperio de Papel. Acción cultural y política exterior durante el primer franquismo*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992, p. 437.

⁴⁵ PORTERO, *op. cit.*, p. 401.

regime político instaurado na Espanha, mas reconhecia o fracasso das medidas anteriores.

O processo de discussão da questão espanhola na ONU, ao longo desses anos, serviu para assegurar o poder do *Caudillo*, que teve a habilidade de canalizar as pressões externas para um sentimento popular de humilhação e orgulho. A Espanha, no entanto, teria que esperar até 1955 para efetivar seu ingresso como membro das Nações Unidas.

REFERÊNCIAS

- AYLLÓN PINO, Bruno. *Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña (1970-2000)*. Madri, 2004. Tese (Doutorado) - Universidad Complutense de Madrid, p.200.
- BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. “O caso Aunós na versão da grande imprensa carioca e do Itamaraty”. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXII, n. 2, dez. de 2007, p. 139.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Conferência intitulada “Intelectuais orteguianos na América Latina”. São Paulo, 15 out. 2008. *Simpósio Internacional Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*.
- CERVO, Amado Luis. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora UNB, 1994, p.66.
- CORDON, Jose Luis Rubio. “El oficialismo institucional: El Instituto de Cultura Hispánica”. In: ABELLÁN, Jose Luis Abellán; MONCLUS, Antonio (Coord.). *El pensamiento español contemporáneo y la Idea de América*, vol. 1: *El pensamiento en España desde 1939*. Barcelona: Anthropos, 1989, p.131.
- DELGADO, Lorenzo Gomez-Escalonilla. *Imperio de Papel. Acción cultural y política exterior durante el primer franquismo*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992, p. 437.
- Despacho n. 718 de Jose Rojas y Moreno, embaixador da Espanha no Brasil para Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha. Rio de Janeiro, 15 de dez. 1947. R2896, expt. 117. Arquivo do Ministerio de Asuntos Exteriores/Madri.
- HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 105.

LILLO, Pedro Martínez. “La diplomacia española y el Plano Marshall en el marco de las relaciones hispano-francesas (junio 1947 – abril 1948)”. In: *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n. 18, Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense, Madrid, 1996, p.158

Nota n. 36 (confidencial) da Embaixada da Espanha no Brasil para Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Rio de Janeiro, 07 jun. 1946. Representações Estrangeiras. Notas recebidas da Espanha (1946-1948). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Ofício n. 15 (confidencial) de Mario de Pimentel Brandão, embaixador do Brasil na Espanha para Pedro Leão Velloso, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 15 jan. 1946. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (janeiro de 1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Ofício n. 230 (confidencial) de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 26 set. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (1947/1959). Arquivo de Correspondência Especial. CDO/Ministério das Relações Exteriores.

Ofício n. 240 de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 30 set. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (julho a out. 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Ofício n. 26 da delegação do Brasil na ONU a João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores. Londres, 21 fev. 1946. Delegação do Brasil na ONU. Ofícios recebidos. (jan/fev. 1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Ofício n. 79 de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 12 mar. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (jan. a março de 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Ofício n. 84 do cônsul do Brasil em Barcelona (ass. ileg.) para Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Barcelona, 15 jun. 1949. Consulados Brasileiros. Ofícios recebidos de Barcelona (1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

PORTERO, Francisco. *Franco aislado*. La cuestión española (1945-1950). Madrid: Aguilar, 1989, p. 217.

Recorte do jornal *ABC* de 17 mar. 1949 anexo ao ofício n. 94 de Vasco Leitão da Cunha, encarregado de negócios do Brasil na Espanha para Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores do Brasil. Madri, 31 mar. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (jan. a março de 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Relatório do mês político (outubro) de Vasco Leitão da Cunha para Ministério das Relações Exteriores. Madri, 09 nov. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Ofícios recebidos de Madri (nov. a dez. de 1949). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Segundo Vasco Leitão da Cunha, a Câmara de Comércio Hispano-Brasileira era uma entidade composta por industriais e comerciantes espanhóis que a mantinham sem auxílio de outras entidades e órgãos governamentais. Ofício n. 92 de Osório Dutra, cônsul do Brasil em Barcelona para Raul Fernandes, Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Barcelona, 22 abr. 1947. Consulados Brasileiros. Ofícios recebidos de Barcelona (1947). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

TAMAMES, Ramón. *La República, La Era de Franco*. Madrid: Alianza Editorial, Alfaguarra, 1977, p. 450.

Telegrama (confidencial) da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Embaixada do Brasil na Espanha. Rio de Janeiro, 02 abr. 1949. Missões Diplomáticas Brasileiras. Telegramas expedidos a Madri (1947/1959). Arquivo de Correspondência Especial, caixa 251. CDO/Ministério das Relações Exteriores.

Telegrama (confidencial) da Secretaria de Relações Exteriores para Embaixada do Brasil em Madri. Rio de Janeiro, 06 out. 1947. Missões Diplomáticas Brasileiras. Telegramas expedidos a Madri (1947-1959). Arquivo de Correspondência Especial. Caixa 251. CDO/Ministério das Relações Exteriores.

Telegrama (confidencial) da Secretaria de Relações Exteriores para Embaixada do Brasil em Madri. Rio de Janeiro, 04 jun. 1948. Missões Diplomáticas Brasileiras. Telegramas expedidos a Madri (1947/1959). Arquivo de Correspondência Especial. Caixa 251. CDO/Ministério das Relações Exteriores.

Telegrama (confidencial) do Ministério das Relações Exteriores para delegação brasileira junto a ONU. Rio de Janeiro, 05 jun. 1946. Diversos no Exterior. Delegação do Brasil junto a ONU. Telegramas e minutas expedidos (1945-1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Telegrama (confidencial) do MRE para a Delegação do Brasil junto a ONU. Rio de Janeiro, 06 nov. 1946. Diversos no Exterior. Delegação do Brasil junto a ONU. Telegramas e minutas (1945-1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Telegrama n. 112 do MRE para a Delegação do Brasil junto a ONU. Rio de Janeiro, 10 jul. 1946. Diversos no Exterior. Delegação do Brasil junto a ONU. Telegramas e minutas (1945-1946). Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Transcrição da resposta de Jose Ortega y Gasset. In: Despacho n. 39 de (ass. ileg.), embaixador da Espanha em Portugal para ministro de Assuntos Exteriores da Espanha. Lisboa, 26 jan. 1948. R2896, expt. 117. Arquivo do Ministério de Asuntos Exteriores/Madri.

Recebido em 02 de julho de 2009.
Aprovado em 15 de setembro de 2009.